



Artigo | Dossiê Intelectuais, movimentos políticos e protagonismo popular

Democracia e protagonismo popular na Revolução Bolivariana: os conselhos comunais e as comunas

Eduardo Scheidt, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro* ✉  

Palavras-chave:

democracia;
comunas;
Venezuela

Resumo. O presente artigo versa sobre a questão democrática na Venezuela durante a Revolução Bolivariana, em especial sobre os conselhos comunais e as comunas como instâncias de democracia participativa e protagonista. Fundamentamo-nos em reflexões em torno de diversas concepções de democracia e no conceito de cultura política. Demonstramos que o processo de construção das comunas foi demarcado por tensões entre ações centralizadoras e clientelistas por parte do governo e iniciativas autônomas por parte de setores de movimentos populares. Concluímos que esse processo vem transformando a cultura política de segmentos das classes populares, promovendo o protagonismo popular e o exercício direto da população em espaços de poder.

Keywords:

democracy;
communes;
Venezuela

[EN] Democracy and popular protagonism in the Bolivarian Revolution: communal councils and communes

Abstract. This article discusses the democratic issue in Venezuela during the Bolivarian Revolution, especially the communal councils and communes as instances of participatory and protagonist democracy. We have based our analysis on different conceptions of democracy and the concept of political culture. We demonstrate that the process of building communes was characterized by tensions between centralizing and clientelist actions by the government and autonomous initiatives by sectors of popular movements. We have concluded that this process has been transforming the political culture of segments of the working classes, promoting popular protagonism and the direct exercise of the population in spaces of power.

Palabras clave

democracia;
comunas;
Venezuela.

[ES] Democracia y protagonismo popular en la Revolución Bolivariana: los consejos comunales y las comunas

Resumen. Este artículo aborda la cuestión democrática en Venezuela durante la Revolución Bolivariana, especialmente los consejos comunales y las comunas como instancias de democracia participativa y protagónica. Nos basamos en reflexiones en torno a diferentes concepciones de la democracia y en el concepto de cultura política. Demostramos que el proceso de construcción de las comunas estuvo marcado por tensiones entre acciones centralizadoras y clientelistas por parte del gobierno e iniciativas autónomas por parte de sectores de los movimientos populares. Concluimos que este proceso ha transformado la cultura política de segmentos de las clases trabajadoras, promoviendo el protagonismo popular y el ejercicio directo de la población en espacios de poder.

Introdução

A nosso ver, a chegada de Hugo Chávez à presidência da Venezuela em fevereiro de 1999 deu início a um processo revolucionário¹. Mesmo que o país não tenha rompido com o sistema capitalista nem com a economia rentista, altamente dependente da exportação de petróleo, houve um conjunto de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais expressivas. Na economia, a principal alteração foi o destino das rendas do petróleo (responsável por mais de 90% da renda do país), que, tradicionalmente, eram apropriadas por uma elite política e econômica e por empresas estrangeiras do ramo do hidrocarboneto, mas que foram canalizadas

¹ Sobre a pertinência de considerar a Revolução Bolivariana um processo revolucionário, partimos do pressuposto de que não existe uma única definição de o que seja uma revolução. recente coletânea sobre revoluções do século XX na América Latina, Gustavo Guevara (2013, p. 9) afirma que “Lejos de existir un consenso unánime acerca de qué debe entenderse por Revolución, forjaron en torno de la palabra y el concepto, imágenes contrapuestas y necesariamente en disputa, [...]”. Dessa forma, nos fundamentamos em autores que flexibilizam o conceito de revolução, sem necessariamente considerar somente processos que envolvam profundas modificações econômicas, sociais, políticas, culturais, geralmente abruptos e através de grandes rebeliões populares e/ou guerras civis. Reinhart Koselleck, por exemplo considera como revolução “[...] también transformaciones a largo plazo, es decir, sucesos y estructuras que se introducen profundamente en nuestra vida cotidiana” (Koselleck *apud* Guevara, 2013, p. 13). Outra questão que começa a ganhar força nos estudos recentes é considerar processos revolucionários em que não há necessariamente insurreições populares ou guerras civis. Sobre o Chile de Allende, citamos por exemplo o livro de Peter Winn (2010). Segundo o autor, diversas transformações colocadas em prática explicam o caráter revolucionário do governo Allende. Sobre a ausência de luta armada ou insurreição popular, o autor aponta justamente a originalidade da Revolução Chilena por iniciar uma transição ao socialismo pelas vias democráticas e pacíficas. A partir dessas reflexões, há autores que consideram as transformações chavistas na Venezuela como um processo revolucionário. Ver, por exemplo, James Petras e Henry Veltmeyer (2009) e Heinz Dieterich (2005). Para um aprofundamento sobre os debates acadêmicos e argumentos de por que consideramos o chavismo um processo revolucionário, consultar Scheidt e Araujo (2024), especialmente o terceiro capítulo da segunda parte.

para os programas sociais, conhecidos como *misiones sociales*, no momento em que Chávez tomou plenamente o controle da PDVESA. Esse processo significou o direcionamento dos recursos do petróleo para a maioria da população, levando a significativas melhorias nos índices sociais, tais como redução da pobreza, maior distribuição de renda, acesso da população mais pobres a serviços públicos, entre outras². Outra transformação foi o nacionalismo e a busca da soberania nacional, abandonando o tradicional alinhamento com os EUA em prol da diversificação das relações internacionais e o multilateralismo. Chávez tornou-se um dos principais críticos do imperialismo estadunidense e, em nome do bolivarianismo, promoveu diversas iniciativas pela integração latino-americana. A defesa do projeto do “Socialismo do Século XXI”, a partir de meados do governo de Chávez, é outra transformação importante, principalmente por significar a primeira tentativa, após a queda do bloco soviético, de dar início a uma transição para superar o capitalismo.

Mas o aspecto mais significativo das transformações relacionava-se à cultura política das classes populares. Tradicionalmente, elas eram submetidas ao controle das elites e, em geral, excluídas da protagonismo político. O chavismo promoveu diversos estímulos à mobilização e à politização das camadas populares. Um dos principais aspectos da nova Constituição de 1999 é a promoção da democracia participativa em diversos mecanismos, desde consultas populares e revogação de mandatos até a construção de instâncias de participação mais direta do poder. Ao estimular politização e organização política das classes populares, o chavismo propiciou formas de protagonismo popular na política do país. Destacaram-se, nesse processo, a construção dos conselhos comunais (CC) e das comunas. É sobre essa questão da democracia participativa e do protagonismo popular que o presente artigo se debruça.

Falar de democracia na Venezuela chavista sempre foi algo polêmico. Para a grande mídia, Chávez representaria um “risco de autoritarismo”, alguns, inclusive,

² Sobre as melhorias sociais, tais como redução de pobreza, melhor distribuição de renda e índices de IDH e PIB durante o governo de Hugo Chávez, consultar dados e tabelas elaboradas a partir dos *Anuarios estadísticos de América Latina y el Caribe*, Cepal, no segundo capítulo da primeira parte do livro de Scheidt e Araujo (2024).

rotulavam-no como “ditador”. Em relação a Nicolás Maduro, é, praticamente, unânime nos grandes veículos de comunicação considerar o regime venezuelano como “ditadura”. Nos círculos acadêmicos e nas esquerdas, a caracterização do chavismo sempre foi demarcada por controvérsias, longe de consensos a respeito³.

A despeito do caso venezuelano, tratar de democracia é adentrar um campo complexo e controverso. É preciso, pois, refletirmos sobre o conceito de “democracia”. O termo é um dos mais polissêmicos, não sendo possível uma única definição do vocábulo. No mundo contemporâneo, a maior parte dos partidos e grupos políticos, desde a esquerda até a direita, afirmam-se como defensores da democracia. Na Venezuela, tanto os chavistas como os seus opositores autoproclamam-se democráticos e acusam-se, mutuamente, de serem “antidemocratas”. Segundo Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (2010), há inúmeros conceitos de democracia, os quais se alteram ao longo do tempo e entre diferentes grupos sociais em uma mesma sociedade. Em sua origem na Grécia Antiga, a democracia significava, basicamente, “governo do povo”, entendendo-se como exercício direto do poder pelos cidadãos, reunindo-se em assembleia nas praças públicas para discutir e deliberar. Durante as Idades Média e Moderna, as práticas democráticas foram restritas a algumas cidades autônomas e “pequenas repúblicas”, mas sempre associadas à noção de “governo do povo”. Ao longo dos séculos XIX e XX, formulou-se uma concepção liberal de democracia, em que se buscou conciliar a soberania popular com a eleição de representantes. Dessa forma, os cidadãos exerceriam o poder não mais diretamente, mas elegendo representantes para governarem em seu lugar. Esse modelo de democracia representativa, comumente, também, chamada de democracia liberal e constitucional, consolidou-se em muitos

³ Embora seja um processo histórico recente, o chavismo já suscita muitas divergências entre os pesquisadores, tornando uma caracterização precisa de seu governo algo difícil. A despeito do meio político e midiático, que se tem caracterizado por diversas polêmicas, entre os estudiosos acadêmicos também não há consensos, e as análises sobre o presidente venezuelano e o processo por ele liderado igualmente são bastante díspares. Nesse sentido, há concepções muito diferentes no que diz respeito à caracterização do processo chavista seja como aprofundamento da democracia seja como distanciamento desta, enveredando para o autoritarismo. Há, ainda, estudos que demonstram a complexidade da questão, apontando avanços, mas também contradições e limites da democracia venezuelana sob o chavismo. Para mais detalhes das discussões historiográficas, com análise de obras e autores, consultar Scheidt e Araujo (2024).

países da Europa, nos Estados Unidos e, ainda, na América Latina, exceto nos períodos de ditaduras. Bobbio chama a atenção para o fato de que esse modelo de democracia nunca foi unânime, sendo questionado, especialmente, pelas diversas vertentes do socialismo, que almejavam ampliações da democracia, tanto no que diz respeito à introdução de mecanismos de participação direta dos cidadãos quanto à conquista de uma democracia social, que possibilite distribuição de renda rumo a uma maior igualdade, não se limitando na democracia política tal como almejam os liberais.

Para Ellen Wood (2011), a democracia moderna diverge, radicalmente, da antiga, pois enquanto na Antiguidade caracterizava-se pelo real poder soberano de quem detinha direitos de cidadania, a concepção liberal de democracia esvazia, justamente, os cidadãos desse direito, limitando o seu poder apenas à escolha de representantes. Para a autora, a soberania exerce-se, de fato, somente em parlamentos e governos no modelo contemporâneo de democracia liberal. Além disso, Wood sustenta que “[...] na democracia capitalista moderna, a desigualdade e a exploração socioeconômicas coexistem com a liberdade e a igualdade cívicas” (Wood, 2011, p. 173). Enquanto as liberdades e igualdades se restringem ao direito do voto, os grupos privados fazem as regras no processo econômico, permitindo as desigualdades sociais e as explorações do trabalho lado a lado com as liberdades políticas formais. Wood defende que os movimentos sociais devem resgatar da Antiguidade o poder soberano dos cidadãos, lutando pela conquista de mecanismos de democracia direta na sociedade contemporânea.

Já Carlos Nelson Coutinho (2008) aponta para as inúmeras “disputas” na definição de democracia. Segundo o autor, as diversas concepções de democracia relacionam-se com os posicionamentos ideológicos dos grupos e agentes sociais que procuram conquistar e legitimar o poder, buscando impor as suas versões de democracia para o conjunto da sociedade. Percebemos essas disputas de diferentes concepções de democracia no contexto venezuelano, em que os chavistas denunciam que as limitações da democracia representativa permitiram o domínio das oligarquias e do imperialismo, enquanto a maior parte dos opositores de Chávez defende o

modelo de democracia representativa como único, autenticamente, democrático, acusando a proposta de democracia participativa chavista de encobrir uma concentração de poderes pelo Executivo nacional e “manipulação” dos setores populares da sociedade.

Segundo Boaventura Santos (2002), a democracia assumiu lugar central no campo político mundial ao longo do século XX. O autor reconhece que a democracia representativa foi hegemônica, mas considera esse modelo de democracia elitista, pois exclui a maioria da população de um real protagonismo no processo político. Além disso, Boaventura Santos demonstra que a democracia representativa passou por crises, especialmente a partir da segunda metade do século passado, com o aumento da abstenção nos pleitos eleitorais e do número de pessoas que não se veem representadas pelos governos e parlamentos. Embora hegemônico, o modelo liberal de democracia representativa confrontou-se com diversas outras concepções, para além da “teoria socialista da democracia social”, defendida pelos países do então bloco soviético. O autor cita diversos movimentos sociais questionadores não somente da delegação da soberania, mas também o problema de o modelo representativo não expressar as diversidades culturais. Por serem hegemonzados pelas elites dos principais países capitalistas, os seus governos e parlamentos não atendem às demandas das minorias étnicas, das mulheres, dos jovens, dos gays, entre outros. Boaventura Santos ainda se debruça sobre a “democracia participativa do século XXI” que está gestando-se no que denomina de “países do Sul” (ibéricos, latino-americanos, africanos e asiáticos). Conforme sustenta, as democratizações ali adotaram o modelo de democracia representativa, mas não se restringiram a ele, buscando a inserção de mecanismos de democracia participativa:

Assim, é possível mostrar que, apesar das muitas diferenças entre os processos políticos analisados, há algo que os une, um traço em comum que remete à teoria contra-hegemônica da democracia: os atores que implementaram as experiências de democracia participativa colocaram em questão uma identidade que lhes fora atribuída externamente por um Estado Colonial ou por um Estado

autoritário e discriminador. Reivindicar direitos de moradia (Portugal), direitos a bens públicos distribuídos localmente (Brasil), direitos de participação e reivindicação do reconhecimento da diferença (Colômbia, Índia, África do Sul e Moçambique) implica questionar uma gramática social e estatal de exclusão e propor, como alternativa, uma outra mais inclusiva (Santos, 2002, p. 57).

Movimentos de inclusão e participação política, dessa forma, dão a tônica aos movimentos anticoloniais e de democratização das sociedades do “Sul”. Mas o autor chama a atenção para o fato de que se trata de um processo em curso e não há, ainda, nenhum modelo consolidado de democracia participativa. As várias iniciativas são frágeis, pontuais, e as suas principais vulnerabilidades são as escassas, ou as ausências, de institucionalização dos mecanismos da participação direta.

Estamos de acordo de que os movimentos sociais latino-americanos do final do século passado abraçaram a causa democrática, mas defendiam ampliar a democracia representativa com mecanismos de participação direta dos cidadãos, na chamada democracia participativa. A maior parte das esquerdas abandonou o projeto do socialismo em prol de lutas por ampliação da democracia. A questão democrática passou a ser objeto de disputa entre diferentes concepções políticas e ideológicas. Na grande onda de governos “progressistas” dos anos 2000, alguns deles (precisamente os da Venezuela, da Bolívia e do Equador) passaram por processos constituintes que alteram as constituições para introduzir a questão da democracia participativa.

Consideramos que as concepções e práticas da democracia em algum país específico se relacionam ou são partes integrantes da cultura política deste país, outro conceito fundamental em nossas reflexões. A noção de cultura política é complexa e de difícil definição. Fundamentamo-nos nas reflexões de Serge Bernstein (1998) para quem, em linhas gerais, uma cultura política “[...] se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro.” (Bernstein, 1998, p. 353). A cultura política, pois, abarca além das instituições políticas vigentes numa sociedade, o conjunto de práticas e representações que as populações forjam em torno das questões políticas. Bernstein

(1998) chama a atenção, ainda, para o fato de que, em uma sociedade, não existe uma única cultura política, mas diversas culturas políticas em disputa nos diferentes contextos históricos, mesmo que haja predominância de alguma sobre as outras.

A Venezuela, assim como a maior parte da América Latina, é um país no qual, historicamente, caracterizava-se por culturas políticas excludentes e autoritárias, em que as elites econômicas detinham a hegemonia do processo político, enquanto a maior parte da população era excluída ou tinha participação restrita na política. A proposta chavista da “democracia participativa” teve como objetivo reverter esse quadro, possibilitando que a maior parte da população passasse a ter o protagonismo no exercício da política, transformando a cultura política venezuelana, conforme defenderemos ao longo desse trabalho.

O artigo é dividido em três partes. Na primeira, tratamos da questão democrática no período anterior à chegada de Hugo Chávez ao poder e ao início das transformações em prol do protagonismo popular nos primeiros anos da Revolução Bolivariana. Em seguida, analisamos as mudanças no processo transformador a partir da defesa do projeto do Socialismo do Século XXI. Na terceira parte, finalmente, buscamos compreender como a democracia participativa e o protagonismo popular foram afetados com a crise da Revolução Bolivariana e o governo de Nicolás Maduro.

Do regime de Punto Fijo aos primeiros anos da Revolução Bolivariana: democracia representativa, democracia participativa e protagonismo popular

Uma importante diferença da Venezuela em comparação com os demais países latino-americanos é que os venezuelanos foram um dos poucos que não passaram por ditaduras militares ao longo dos anos 1960 a 1980. Desde 1958 até 1999, vigorou no país um regime político de democracia representativa e constitucional conhecido como Punto Fijo. A democracia venezuelana era mais formal do que real, pois, durante todo o período, os dois principais partidos – Ação Democrática (AD), de perfil social-democrata e Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (Copei), de

centro-direita – alteravam-se no poder aplicando medidas em prol do interesse das elites do país e do capital estrangeiro. Conforme o historiador Gilberto Maringoni,

O Pacto [de Punto Fijo] representou um jeito de acomodar na partilha de poder as diversas facções da classe dominante, incluindo o capital financeiro, as empresas do petróleo, a cúpula do movimento sindical, a Igreja e as Forças Armadas. Além disso, esforçava-se por definir uma democracia liberal simpática aos Estados Unidos (Maringoni, 2009, p. 62).

A democracia liberal venezuelana foi consagrada pela Constituição de 1961. Sempre prevaleceu, entretanto, uma cultura política excludente, uma vez que a maior parte da população atuava na política de forma apática, meramente votando nos partidos tradicionais, mas sem participar ativamente em prol de suas demandas. Podemos dizer, pois, que a cultura política predominante da época caracterizava-se pela ausência de protagonismo popular.

A partir dos anos 1980, a Venezuela entrou em uma crescente crise econômica decorrente tanto das baixas do preço do petróleo como da recessão econômica que se abateu sobre toda a América Latina. Abriu-se um período de profundo desgaste para a democracia representativa acordada em Punto Fijo. Enquanto na maior parte do subcontinente latino-americano ocorriam processos de redemocratização, o regime democrático venezuelano passava por um crescente desgaste. Nos dias 27 e 28 de fevereiro de 1989, houve o início de um expressivo levante popular na cidade de Caracas contra um pacote de medidas neoliberais decretado pelo presidente recém empossado Carlos Andrés Pérez⁴. A rebelião, que ficou conhecida como *Caracazo*, foi severamente reprimida, ocasionando a morte de centenas de manifestantes (Schurster; Araujo, 2015, p. 15-16).

⁴ Carlos Andrés Pérez governou pela primeira vez a Venezuela entre 1974 e 1979, quando os preços do petróleo estavam altos no comércio mundial, proporcionando um momento econômico bastante favorável para o país. O mandato de Andrés Pérez se caracterizou por uma política econômica social-democrata inspirado no “Estado de bem-estar social” europeu. Quando se elegeu novamente presidente em 1988, prometeu um retorno dessas políticas dos anos 1970, mas ao tomar posse em 1989, baixou um pacote de medidas neoliberais ditadas pelo FMI, exatamente ao contrário do que tinha promovido na campanha. Setores expressivos da população sentiram o estelionato eleitoral, que foi o gatinho para o início do *Caracazo*.

O *Caracazo* ou *Sacudón* foi a resposta popular às medidas de austeridade fiscal indicadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Apesar da brutal repressão, o episódio configurou-se como um marco no início de mudanças na cultura política das massas populares. A partir de então, verifica-se o crescente protagonismo das classes populares, mobilizando-se em prol de suas demandas. Surgiram no seio de diversos movimentos sociais, assim, questionamentos dos limites da democracia representativa e propostas de reformas e transformações do sistema com a construção de mecanismos de democracia participativa. Em outras palavras, o esgotamento do regime democrático não levou ao surgimento de projetos autoritários, e sim a movimentos que objetivavam ampliar o sistema democrático. Outros exemplos de protagonismo popular do período são os movimentos “assembleistas” (reuniões da população em assembleias populares) que surgiram nas regiões de moradias populares após o *Caracazo* e as iniciativas dos orçamentos participativos em nível municipal e estadual, em cidades e estados governados por um partido de esquerda denominado La Causa R (LCR). Inspirados nos movimentos assembleistas, alguns desses governos estimularam as assembleias de bairros e paróquias para incentivar a população a participar, diretamente, das discussões em torno dos problemas das cidades. Muitos autores apontam essas diversas práticas de protagonismo popular em meio à crise pós *Caracazo* como as origens das instâncias de democracia participativa, posteriormente estimuladas pelo governo chavista (Baggia, 2015, p. 174).

Foi no contexto da profunda crise do regime de Punto Fijo que Hugo Chávez elegeu-se presidente nas eleições de 6 de dezembro 1998, com um programa de governo que propunha transformar, radicalmente, a sociedade venezuelana, em especial introduzindo mecanismos de democracia participativa. Chávez obteve vitória expressiva, fazendo mais de 56% dos votos e assumiu a presidência em 2 de fevereiro de 1999, dando início, assim, à Revolução Bolivariana, uma nova era da história venezuelana, caracterizada por profundas transformações, inclusive na cultura política do país.

A questão da democracia participativa era um dos eixos do programa de governo chavista, que partia do entendimento de que o regime de democracia representativa estava esgotado devido à profunda crise econômica, social e política das últimas décadas. Para Chávez, essa situação foi fruto do domínio das oligarquias e do imperialismo, possibilitados pelo regime de democracia formal que excluía a grande maioria da população de uma participação mais direta no processo político. Dessa forma, o programa chavista propunha uma “revolução democrática”, por meio da introdução de mecanismos de participação direta da população. O termo em espanhol cunhado pelos chavistas, *democracia participativa y protagónica*, demonstra que o projeto tinha como foco promover o protagonismo político da população através de mecanismos de democracia participativa.

Uma das primeiras medidas do novo governo foi convocar um plebiscito para autorizar a instalação de uma Assembleia Constituinte, seguido pela eleição dos constituintes. A Constituição aprovada e promulgada em 1999 é, indiscutivelmente, uma das mais democráticas do mundo. O texto constitucional buscou institucionalizar a questão da democracia participativa e protagonista, sem romper com a democracia representativa. Uma das novidades do texto constitucional, inédita nas democracias constitucionais contemporâneas, é a revogabilidade de mandatos nos cargos eletivos. Especificamente sobre a democracia participativa, o artigo 70 prevê inúmeras modalidades:

Artículo 70. Son medios de participación y protagonismo del pueblo en ejercicio de su soberanía en política, la elección de cargos públicos, el referendo, la consulta popular, la revocatoria del mandato, la iniciativa legislativa, constitucional y constituyente, el cabildo abierto y la asamblea de ciudadanos y ciudadanas, cuyas decisiones serán de carácter vinculante entre otros; y en lo social y económico, las instancias de atención ciudadana, la autogestión, la cogestión, las cooperativas en todas sus formas incluyendo las de carácter financiero, las cajas de ahorro, la empresa comunitaria y demás formas asociativas guiadas por valores de mutua cooperación y la solidaridad (Venezuela, 1999, p. 11).

Conforme a historiadora venezuelana Margarita López Maya, a nova Constituição consagrou o direito de participação dos cidadãos de forma direta e indireta, não somente nos processos eleitorais, mas também na formação, na execução e no controle das políticas públicas (López Maya, 2011, p. 224-225). Importante salientar que, nesse primeiro momento, a democracia participativa, defendida pelo chavismo, não era incompatível com a democracia representativa, pois se propunha instituir mecanismos de controle popular do processo político para ampliar e complementar a democracia representativa. Chávez almejava transformar a cultura política na Venezuela, buscando reverter a exclusão da maioria da população da participação política e dos benefícios econômicos e sociais, com a construção da democracia participativa e protagonista.

A partir de então, espalhou-se pela Venezuela uma série de instituições que objetivavam construir uma democracia participativa, por meio de uma presença mais direta do cidadão no exercício do poder político. Algumas dessas iniciativas estimulavam a participação dos cidadãos na execução de políticas públicas, como as denominadas “mesas técnicas de águas”, para cogestão dos serviços de água potável e os “comitês de terras urbanas”, na execução de programas de moradia popular (López Maya, 2011, p. 225). Os chamados “círculos bolivarianos”, associações que reuniam apoiadores do governo em bairros de moradia e locais de trabalho, assumiram um papel predominante de mobilizar a população em eleições e manifestações políticas a favor do chavismo. Essas instâncias de organização popular foram cruciais na grande mobilização popular que repeliu a tentativa de golpe de Estado em 2002 e as paralisações promovidas pelas direitas no final de 2002 e início de 2003⁵. Os programas sociais impulsionados a partir de 2003, conhecidos como *misiones*

⁵ Em 2001, Chávez baixou uma série de leis de intervenções do Estado na economia, buscando controle estatal e distribuição de renda. Essas medidas aprofundaram os descontentamentos das elites e maior parte das classes médias, que passaram a protagonizar protestos contra o governo, principalmente nos bairros nobres das grandes cidades. Os apoiadores do chavismo, especialmente entre as esquerdas, movimentos sociais e segmentos populares de baixa renda, protagonizaram, em contrapartida, manifestações de apoio ao governo. Desde então, a Venezuela tornou-se um país altamente polarizado, cindido entre apoiadores e opositores do chavismo. Em abril de 2002, as tensões acentuaram-se quando Chávez tentou tomar o controle da PDVSA que, embora estatal, era autônoma e, até então, ainda controlada pelos grandes grupos econômicos em torno do petróleo. Setores das FFAA, apoiados pelas grandes elites, pela Igreja Católica e por sindicatos burocratizados, protagonizaram um

sociales, também podem ser considerados como elementos da democracia participativa e do protagonismo popular, já que, igualmente, estimulavam a participação dos cidadãos na planificação e execução dos programas.

Entretanto, a democracia participativa era ainda muito incipiente e dispersa. Havia várias instituições que se criaram de forma desigual pelo país e muitas delas com objetivos bastante pontuais. Nesse período, instituíram-se, ainda, os “Conselhos Locais de Participação Pública” (CLPP), citados no programa de governo e institucionalizados por lei em 12 de junho de 2002 (López Maya, 2011, p. 225). Os CLPP procuravam reunir a população em conselhos, eleitos por assembleias populares, para discutir e decidir sobre uma série de políticas públicas em nível municipal, as quais atendessem a demandas de água, energia, moradia popular, transporte, entre outras. Essas instituições podem ser consideradas como os primórdios dos conselhos comunais (CC).

Conforme Atenea Jiménez Lemon (2022), os primeiros CC foram fundados em 2005. Entretanto, como afirma Francesca Baggia (2015), os CC não surgiram da noite para o dia, e sim foram elaborados de forma gradual a partir das diversas experiências de participação popular nos primeiros anos do governo de Chávez. Dois anos depois, deu-se o início da formação das primeiras comunas. Embora esses mecanismos de democracia participativa logo viriam a ser liderados e estimulados por Chávez, Jiménez Lemon afirma que os primeiros foram fundados pelos movimentos sociais, a partir do acúmulo de mobilizações das assembleias após o *Caracazo* e das experiências dos governos municipais e regionais da LCR.

golpe de Estado, derrubando e aprisionando Chávez. O golpe contou também com o imediato apoio da embaixada dos EUA. Os simpatizantes de Chávez, entretanto, tomaram as ruas exigindo a soltura do presidente constitucional, encorajando rupturas nas FFAA que se posicionaram contra o golpe. Depois de 48 horas, o golpe foi derrotado e Chávez reconduzido à presidência. Entretanto, a derrota não arrefeceu os opositores golpistas que, no final do mesmo ano, promoveram uma paralisação da produção e da exportação de petróleo, acompanhada de um *lockout* de grandes empresários e comerciantes. O movimento conhecido como *paro petrolero* tinha objetivo de paralisar a economia do país, forçando a queda do governo. Chávez, por sua vez, apoiou-se nos movimentos sociais para resistir ao *paro* e não negociou com os opositores. Depois de 60 dias, o movimento desgastou-se e foi obrigado a recuar, proporcionando mais uma vitória do chavismo. Ver Maringoni (2009) e Scheidt e Araujo (2024).

Desde 2005 e 2006, o chavismo deu uma guinada, passando a defender o projeto do Socialismo do Século XXI⁶. Com essa mudança, os CC e as comunas serão considerados como fundamentos do socialismo, passando a ser as instâncias centrais da democracia participativa e do protagonismo popular. Desenvolveremos essas questões na próxima seção deste artigo.

Mudanças em torno da democracia participativa e do protagonismo popular a partir da defesa do projeto do Socialismo do Século XXI

Após o malfadado golpe de Estado de 2002, seguido pelo *paro petrolero* e o referendo que tentou sem sucesso encurtar o mandato de Chávez, a polarização e as lutas políticas e sociais se acirraram. O país definitivamente cindiu-se em duas grandes facções irreconciliáveis e em intensa disputas políticas e sociais: os apoiadores e os opositores do chavismo. Nesse novo contexto, ocorreram mudanças tanto nos discursos como nas práticas de Chávez, radicalizando a proposta de democracia participativa. Foi quando o chavismo também passou a defender o projeto do Socialismo do Século XXI. Passou-se a privilegiar a democracia participativa e o exercício direto do poder pelos cidadãos, assim como a formação de autogovernos locais. Da clássica concepção democrático-liberal da democracia representativa, em que o único poder soberano da população é no momento da eleição de seus representantes, o discurso chavista consolida o entendimento de que a soberania popular passa pelo exercício direto do poder, por meio da democracia participativa e do protagonismo político das classes populares.

⁶ Pelo menos desde 2005, em sua participação no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, Chávez passou a proferir o discurso do “Socialismo do Século XXI”. Esse novo sistema de socialismo é, ainda, bastante impreciso e ambíguo, mesmo em nível teórico. Impreciso porque, justamente, propõe-se a ser “inventado” e ambíguo no sentido que admite a existência da propriedade privada na produção lado a lado com a propriedade pública e outras modalidades de “propriedade social”. Pode-se até questionar até que ponto pode ser considerado “socialismo”, já que não se prevê algum pleno rompimento com o sistema capitalista. Os principais aspectos do sistema seriam a ampliação da democracia por meio de diversos mecanismos de democracia direta e participativa, bem como a distribuição social da riqueza pelo Estado, especialmente com programas sociais. Ver Dietrich (2005) e Scheidt e Araujo (2024).

Nesse aspecto, percebemos uma clara modificação da concepção de democracia do chavismo em relação aos anos anteriores. Até então, o chavismo propunha mecanismos de democracia participativa para “ampliar e aperfeiçoar a democracia representativa”. A partir da campanha eleitoral de 2006, o discurso chavista passou a conceber as duas formas de democracia como antagônicas. Conforme este novo entendimento, a soberania popular seria impossível de ser representada. A única forma de democracia seria a democracia direta, possível somente nas instâncias da democracia participativa e protagonista.

No momento das eleições de 2006, já estavam em funcionamento inúmeros CC pelo país, tendo sido, ainda, o ano no qual se promulgou uma primeira lei para institucionalizar e regulamentar o funcionamento dos organismos⁷. Conforme o segundo artigo desta lei,

Los consejos comunales en el marco constitucional de la democracia participativa y protagónica, son instancias de participación, articulación e integración entre las diversas organizaciones comunitarias, grupos sociales y los ciudadanos y ciudadanas, que permiten al pueblo organizado ejercer directamente la gestión de las políticas públicas y proyectos orientados a responder a las necesidades y aspiraciones de las comunidades en la construcción de una sociedad de equidad y justicia social (Venezuela, 2006, p. 1).

Avançando-se em relação às experiências de consulta popular da década de 1990 (tais como os orçamentos participativos), nos CC os cidadãos dispõem da possibilidade de ir além da proposição de sugestões, passando a executar, diretamente, as políticas públicas. Dessa forma, o povo organizado toma para si diversas tarefas que, tradicionalmente, estavam a cargo das instituições de governo, especialmente nas prefeituras. Para a execução das políticas públicas pelos grupos de trabalho eleitos pelos CC, o Executivo nacional transfere recursos financeiros diretamente para eles.

⁷ Para maiores detalhes acerca do funcionamento dos CC e das comunas e sobre as suas legislações, consultar Baggia (2015), Scheidt (2017) e Scheidt e Araujo (2024).

Em 2007, Chávez propôs uma reforma constitucional com o intuito central de institucionalizar as instâncias de poder popular. O projeto de reforma propunha alterar uma série de artigos da constituição. Um deles seria o artigo 70, que trata dos mecanismos da democracia participativa, no qual a principal mudança seria inserir a afirmação de que as assembleias de cidadãos (instância máxima de poder nos CC) constituem-se em instâncias de poder de caráter vinculante. Outra mudança seria no artigo 184 que, ao tratar da descentralização administrativa de municípios e Estados, determinaria a transferência de diversas atribuições dos governos municipais e estaduais para os CC e comunas. A reforma constitucional propunha, ainda, instituir diversas modalidades de propriedade. No que tange à economia, recomendava estimular a “economia comunal”, que seria um sistema produtivo autossustentável que viesse a romper com a economia rentista e a dependência da exportação de petróleo⁸.

Em dezembro de 2007, o projeto de reforma constitucional foi submetido ao crivo do voto popular em referendo que, para surpresa de muitos, foi a primeira e única derrota eleitoral de Chávez. Por uma escassa diferença de 1,41 % dos votos, os eleitores que compareceram às urnas rejeitaram a proposta de reforma (Maringoni, 2009, p. 27). Apesar da derrota, Chávez não desistiu do projeto e continuou estimulando a construção de CC e de comunas, avançando na institucionalização das instâncias de democracia participativa por meio de leis ordinárias. Em 2009, promulgou-se uma nova lei dos CC, que veio a substituir a de 2006. A definição dos CC foi mantida, modificando-se a última frase da citação anterior. Nessa nova lei, está afirmado ao final da frase que, entre os objetivos dos CC, almeja-se “[...] la construcción del nuevo modelo de sociedad socialista de igualdad, equidad y justicia social” (Venezuela, 2009, p. 4). A nova lei torna mais claro o projeto de “transformação socialista” que Chávez passou a propagar desde meados de seu governo.

⁸ Mas a proposta de modificação na Carta Magna que mais polêmica suscitou, e acabou ficando no centro dos debates, foi sobre o artigo 230, que propunha ampliar o mandato presidencial de seis para sete anos e possibilitar eleições contínuas e não mais limitadas a uma única reeleição. Os opositores do presidente acusaram que o real propósito da reforma constitucional seria possibilitar ao então mandatário “perpetuar-se” no poder.

Assim como os CC, as comunas, também, foram institucionalizadas por meio de uma lei orgânica, publicada em 2010. Essa lei define uma comuna como:

Es un espacio socialista que, como entidad local, es definida por la integración de comunidades vecinas con una memoria histórica compartida, rasgos culturales, usos y costumbres, que se reconocen en el territorio que ocupan y en las actividades productivas que le sirven de sustento, y sobre el cual ejercen los principios de soberanía y participación protagónica como expresión del Poder Popular, en concordancia con un régimen de producción social y el modelo de desarrollo endógeno y sustentable, contemplado en el Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (Venezuela, 2010, p. 11).

As comunas expressam um duplo propósito, um político e outro econômico. O propósito político é a construção do poder popular na forma de uma democracia participativa e direta em espaços territoriais mais amplos do que os CC. O propósito econômico é o de estimular a produção econômica autônoma e controlada diretamente pela população na forma de agricultura comunitária, cooperativas populares, controle popular da distribuição econômica, tendo em vista a edificação de um modelo produtivo autossuficiente e sustentável.⁹ O projeto comunal objetivava não apenas estimular protagonismo político nas classes populares, mas também um protagonismo na autogestão.

Os CC e as comunas expandiram-se pela Venezuela ao longo dos últimos anos. Em agosto de 2023 estavam registrados 49.183 CC e 3.641 comunas na Venezuela¹⁰. Entretanto, os dados oficiais não refletem o funcionamento real dessas instâncias. Carlos Torrealba Méndez (2022) estima que, em 2018, somente cerca de 30% das comunas registradas estavam em atividade frequente. Ou seja, cerca de 600 comunas envolvendo em torno de seis mil *comuneros* e *comuneras* em atividade. Atenea Jimenez

⁹ Não é nosso objetivo analisar, aqui, os aspectos econômicos, mas se faz importante mencionar que o projeto seria desenvolver uma economia comunal e autossustentável que rompesse com a dependência do petróleo e também com o próprio capitalismo, almejando a construção do socialismo. Estudos demonstram o fracasso desse projeto, que trouxe resultados muito pouco significativos. Sobre estes aspectos econômicos, incluindo os limites da construção das instâncias de participação popular, consultar Edgardo Lander (2014 e 2017).

¹⁰ Dados extraídos do site <http://consulta.mpcomunas.gob.ve/>. Consultado em: 25 ago. 2023.

Lemon (2022), por sua vez, afirma que se deve romper com o mito de que essas instâncias sejam um bloco homogêneo de “comunas chavistas”. Conforme mencionamos em páginas anteriores, a autora sustenta a tese de que os primeiros CC e as primeiras comunas foram criados de baixo para cima, pelos movimentos sociais a partir do acúmulo de inúmeras experiências anteriores, e somente depois a expansão dessas instâncias foi assumida e estimulada por Chávez. Jimenez Lemon ainda demonstra que há, pelo menos, três grandes grupos de comunas distintas. O primeiro é o das comunas burocráticas, no qual há controle do Estado e as práticas clientelistas. O segundo grupo é o das comunas reivindicativas, em que existem práticas de mobilização popular, embora centradas em demandas por serviços oferecidos pelo governo. O terceiro grupo, finalmente, é o das comunas autônomas, no qual atesta-se atividade frequente dos *comuneros* com práticas de democracia participativa e produção comunal (Jimenez Lemon, 2022, p. 42 e 43).

A complexidade da construção da democracia participativa e do protagonismo popular suscitou muitas controvérsias em estudos acadêmicos sobre a temática, levando a diferentes interpretações sobre o processo. Um dos trabalhos pioneiros de análise dos CC é o livro de Jesus Machado (2008), em que o autor fez uma análise bastante positiva do processo de implementação dessas instâncias de democracia participativa, caracterizando-as como expressão de novas formas de poder contra-hegemônico, com forte conotação popular e nacional. Outro estudo sobre os CC que destacamos é a dissertação de mestrado da historiadora brasileira Mariana Bruce (2011), a qual chama a atenção para o fato que, embora os CC tenham sido inspirados em práticas anteriores ao governo de Chávez, quando os setores populares vinham organizando-se *desde abajo* em meio à profunda crise econômica e social nos anos 1980 e 1990, a implementação e a difusão pelo país foram fruto, fundamentalmente, das iniciativas do governo de Chávez. A partir das suas pesquisas em fontes orais, a pesquisadora percebeu que:

Na maior parte das entrevistas com *voceros comunitários*, o Presidente [Chávez] é a referência fundamental, é considerado o grande incentivador de todo esse processo transformador. Tudo é feito em nome de Chávez. A grande maioria se mobilizou para o trabalho comunitário a partir das convocatórias de Chávez. O Presidente é a figura onipresente nas comunidades populares (em cartazes, nas rádios, na televisão, nas leis, nos documentos, nas conversas *en la calle*, nos eventos culturais etc.) (Bruce, 2011, p. 6).

O papel crucial de Chávez e do próprio Estado venezuelano é, ainda, apontado pela socióloga venezuelana María Pilar García-Guadilla (2009). Nesse artigo, a autora debruça-se sobre o funcionamento dessas instâncias de poder popular e as suas relações com o executivo nacional. Segundo García-Guadilla, os CC, em sua maior parte, estão convertendo-se mais em instâncias clientelistas, manipuladas pelo Estado e menos em espaços de reais práticas de democracia participativa. Embora estas sejam as práticas predominantes, a autora não deixa de destacar que, no interior dos CC, coexiste a tendência de se constituírem em autênticos poderes populares autônomos e independentes. Há, nesse sentido, lutas e tensões entre essas duas tendências no interior dos CC.

A historiadora venezuelana Margarita López Maya (2008), igualmente, critica as práticas centralizadoras e clientelistas do Estado venezuelano. Conforme aponta, a participação popular foi, significativamente, ampliada no início do governo chavista, mas, ao longo do governo, a democracia foi restringindo-se, especialmente devido ao crescente processo de centralização e controle do Executivo. Em outro artigo, López Maya (2011) radicaliza o seu ponto de vista, considerando que o chavismo estaria no rumo de transformação no regime de democrático para autoritário:

En este artículo, caracterizamos a los CC como una innovación participativa impulsada por el gobierno de Hugo Chávez, que revela características importantes del cambio en curso en el régimen político venezolano, que de una democracia participativa se desliza hacia un régimen principalmente no liberal, de tendencias autoritarias (López Maya, 2011, p. 223).

Em polêmicas com a maioria de seus pares, a historiadora venezuelana acusa o chavismo de práticas autoritárias, antidemocráticas, aproximando-se, assim, do discurso dos grupos opositores ao chavismo. Há, entretanto, diversos estudos que buscam interpretações mais equilibradas, demonstrando aspectos positivos, mas, também, problemáticas na construção das instâncias de protagonismo popular, conforme citamos anteriormente.

Nessa linha, destacamos, ainda, outros trabalhos. Em estudo analisando entrevistas com participantes e testemunhas dos CC, Francesca Baggia (2015) questionou se as atividades dos CC incorporavam realmente práticas inclusivas de participação popular protagonista ou se seriam meramente retóricas do governo chavista. Segundo a autora, trata-se de um processo demarcado por contradições. Por um lado, os CC são mecanismos que possibilitam às pessoas exercerem, diretamente e de forma protagonista, espaços de poder local, mas, por outro, o financiamento do governo federal dá margens para práticas clientelistas e busca de lealdades políticas.

Já Vanessa Borges (2021) fez outro estudo a partir de pesquisas nas próprias comunas, ressaltando que a construção das comunas é um processo desigual, marcado por tensões entre posturas autonomistas, por parte dos movimentos sociais, e centralização e clientelismo, por parte do governo. Ainda assim, destaca as comunas mais mobilizadas, em que há uma genuína construção de autêntica soberania popular e autogestão produtiva, com produção voltada para o coletivo em propriedades do tipo social, rompendo-se com o individualismo e o lucro privado. Mas, mesmo entre elas, o processo é marcado por contradições, havendo o convívio entre o “velho” e o “novo”. Assim, até nas comunas autônomas mais antigas, ainda há práticas autoritárias e hierárquicas nas relações de trabalho, enquanto posturas individualistas e personalistas são recorrentes nas assembleias de cidadãos e nos parlamentos comunais. Em todo processo histórico, as mudanças nas culturas políticas são lentas e não teria por que ser diferente na Revolução Bolivariana.

Reconhecemos que a construção dos CC e das comunas têm limites e erros. É notório que o governo e o partido oficialista buscam controlar e manipular as

instâncias da democracia participativa. Também é certo que essas instâncias não são plenamente autônomas, pois, além do controle político, são dependentes financeiramente dos recursos do Estado. Mas, por outro lado, entendemos que os CC são uma extraordinária mudança no comportamento político de parcelas da população, que de atitudes passivas perante a política, passam a exercer um papel mobilizador e protagonista, organizando-se não somente em prol da reivindicação de suas demandas, mas exercendo, ainda, diretamente, as suas execuções. Também é importante destacar que, durante o governo Chávez, a construção das instâncias de democracia participativa não alterou o processo de funcionamento da democracia representativa. Embora o discurso chavista apontasse para a substituição da democracia representativa pela participativa, e do Estado liberal burguês pelo Estado comunal, previa-se uma longa transição. Até o falecimento de Chávez em 2013, o calendário eleitoral das instituições representativas, tanto dos poderes executivos como dos legislativos, foi rigorosamente cumprido.

Democracia e protagonismo popular no contexto do governo de Nicolás Maduro e das crises da Revolução Bolivariana

A partir de 2013, iniciou-se uma série de mudanças negativas para o processo chavista, que impulsionaram um quadro de crise, colocando em xeque o próprio processo de transformações até então em curso. O primeiro acontecimento de grande impacto foi o falecimento de Chávez, cuja liderança foi fundamental para o início e desenvolvimento da Revolução Bolivariana. O seu sucessor, Nicolás Maduro, nunca teve nem o carisma nem as mesmas capacidades políticas e administrativas de seu antecessor. Paralelamente, iniciou-se um ciclo de fortes quedas no preço do petróleo, desencadeando uma gravíssima crise econômica que levou ao retrocesso da maioria das conquistas sociais, tais como índices de pobreza, distribuição de renda e programas sociais. Nesse cenário, os EUA intensificam as pressões sobre o país, iniciando um conjunto de sanções econômicas contra a Venezuela, criando sérias

dificuldades para a Venezuela importar remédios, alimentos e gêneros industriais, essenciais para o bom andamento da economia¹¹. Somaram-se às sanções externas, boicotes por meio de manipulações do câmbio e desabastecimentos propositais por parte de grupos empresariais e grandes comerciantes internos, impactando, fortemente, na alta da inflação, desabastecimento e crescimento dos índices de pobreza (Curcio, 2017). Outros fatores da crise venezuelana foram o relativo isolamento internacional, com o fim do “ciclo progressista” e disseminação de governos de direita e extrema direita na América Latina a partir de 2015; o agravamento da polarização política interna com ondas de protestos de grupos opositores (principalmente em 2014, 2017 e 2019¹²); bem como o início de uma crise da própria democracia venezuelana, com práticas de violações da Constituição tanto pelo governo como por grupos opositores, além de uma crescente prática de atitudes autoritárias de Maduro. Incluem-se, nessas atitudes, alterações em calendários eleitorais, perseguições a opositores políticos (incluindo da própria base chavista) e incapacidade de dar respostas eficazes à gravíssima crise econômica e social. A guinada autoritária culminou com a polêmica eleição presidencial de 2024, em que Maduro foi proclamado reeleito para o terceiro mandato, mas que, pela primeira vez, não foram apresentados

¹¹ Em 2015, o então presidente estadunidense, Barack Obama, baixou a Ordem Executiva 13692, que declarava a Venezuela uma “ameaça extraordinária à segurança nacional e à política exterior dos EUA”. A partir de 2017, o governo estadunidense inicia a imposição de inúmeras sanções contra o país. Em 2019, as ingerências do imperialismo estadunidense se tornaram ainda mais explícitas, quando o então primeiro governo de Donald Trump articulou mais uma tentativa de golpe na Venezuela com o “governo interino” de Juan Guaidó. Com o fracasso dessa iniciativa, as sanções intensificaram-se com a implementação de um bloqueio econômico semelhante ao imposto sobre Cuba desde 1962. Em 2018, a Comissão de Direitos Humanos da ONU aprovou uma declaração condenando as sanções econômicas aplicadas pelos EUA contra a Venezuela, afirmando que as sanções têm papel crucial na grave crise econômica que se abateu sobre o país.

¹² Em 2014, com o agravamento da crise econômica, grupos opositores da direita radical, sob liderança de Leopoldo López e Maria Corina Machado, lançaram o movimento *La Salida*, uma onda de protestos que objetivava a queda do governo de Maduro. Os protestos escambararam para a violência de manifestantes contra pessoas identificadas como chavistas, em episódios conhecidos como *guarimbas*. O governo também se utilizou de violência na repressão contra opositores. Em 2017, quando a Suprema tentou assumir as funções da Assembleia Nacional, então controlada pela oposição, ocorreram novos protestos contra o governo, marcados, igualmente, por violência de ambos os lados. Em 2019, a oposição de direita não reconheceu a posse de Maduro para um segundo mandato e declarou, a partir de sua então maioria na Assembleia Nacional, Juan Guaidó (presidente do Legislativo) como “presidente interino” do país. Dessa vez, a oposição conservadora contou com explícita ingerência dos EUA, que se articularam para mais uma tentativa golpista e, assim como a maioria dos governos da Europa e mandatários de direita e extrema direita pela América Latina, reconheceram Guaidó como “presidente legítimo” do país. Nessas três ocasiões, as mobilizações de movimentos sociais, das comunas e outros simpatizantes do chavismo foram cruciais para a derrota das oposições.

os resultados urna por urna pelo poder eleitoral, levando a questionamentos da lisura do processo. Entendemos que as medidas autoritárias e violações constitucionais promovidas por Maduro são reações de um governo que se vê acuado frente a inúmeras pressões e ao isolamento continental. Não se trata de justificar essas atitudes, apenas de explicá-las diante do cenário bastante adverso. Quanto à gravíssima crise econômica, o seu apogeu perdurou por volta de 2014 a 2022. Em anos mais recentes, há um processo de recuperação parcial, tanto pela retomada de aumentos de exportação do petróleo como por investimentos de capitais privados¹³.

Conforme dito, a crise levou ao retrocesso de várias conquistas da Revolução Bolivariana. Por outro lado, muitas transformações ainda continuavam vigentes, embora afetadas pela crise. No que se refere a mudanças na cultura política das classes populares, contingentes significativos da população permanecem politizados e mobilizados, promovendo grandes manifestações contra os intentos golpistas (onda de protestos de 2017 e tentativas de mudanças de governo em 2019), atuando nos CC e comunas e participando dos processos eleitorais que continuaram dando vitórias ao chavismo, exceto as eleições parlamentares de 2015. O crescente autoritarismo do governo, entretanto, levou a uma intensificação do controle e burocratização das instâncias de democracia participativa, além de uma diminuição da participação popular, já que muitas pessoas foram obrigadas a utilizar todo o seu tempo em busca de sobrevivência frente à gravíssima crise. Conforme María Pilar Garcia-Guadilla e Rosangel Álvarez (2022), a maior parte dos CC e das comunas converteram-se em espaços de distribuição de cestas básicas de alimentos fornecidas pelo governo desde a criação dos Comitês Locais de Abastecimento e Preço (CLAPs)¹⁴. Ainda que haja por parte do governo medidas centralizadoras e de controle das instâncias de poder

¹³ Não é possível, dentro dos limites deste trabalho, aprofundar sobre o governo Maduro e as crises do período. Para maiores informações sobre essas questões, consultar Scheidt e Araujo (2024), principalmente o terceiro capítulo da primeira parte do livro.

¹⁴ Os CLAPs foram fundados em abril de 2016 para fornecer cestas básicas de alimentos à população necessitada, com o intuito de minimizar os efeitos da grave crise econômica. Os CLAPs são considerados outra forma de instância na qual há protagonismo popular, já que são articulados com os CC e as comunas e são representantes da própria população organizada que recebem as cestas básicas e distribuem de casa em casa das famílias cadastradas.

popular, existem mobilizações autônomas, inclusive com críticas e tensões em relação ao governo central. Citamos, por exemplo, a iniciativa de diversas comunas autônomas na fundação da *Union Comunera* em abril de 2022.

A própria crise, em contrapartida, gerou a necessidade de produção de alimentos e outros gêneros de consumo por parte das comunas. O estudo de Vanessa Borges (2021) demonstra que, além da ampliação da produção comunitária em comunas “tradicionais”, como *El Maizal* e *El Panal*, nos últimos anos têm surgido novas comunas produtivas, como as comunas *Altos de Lídice* e *5 de Marzo Comandante Eterno*. A aurora sustenta, ainda, que, embora a criação das instâncias de poder popular e o projeto do Estado comunal tenham sido estimulados por Chávez, nunca houve unanimidade no apoio à expansão das comunas no interior do governo. Entre os *comuneros*, por outro lado, vem crescendo, nos últimos anos, as tensões contra o governo e as iniciativas autônomas. Se na época de Chávez predominava a crença de que o socialismo viria a partir de ações do governo, atualmente as lideranças *comuneras* mais mobilizadas afirmam que Maduro está cada vez mais comprometido com o capital privado e que somente as classes populares mobilizadas poderão, de forma autônoma, dar continuidade ao processo de construção do Estado comunal¹⁵.

Cabe-se, finalmente, uma reflexão sobre a questão democrática na Venezuela nos dias de hoje. A maior parte da oposição ao chavismo, calcada em uma concepção de democracia liberal e representativa, sempre rejeitou o projeto da democracia participativa, acusando Chávez de autoritarismo. Muitos já caracterizavam o regime de “ditadura”, o que passou a ser, amplamente, majoritário a partir do governo de Maduro. Após a falta de transparência das últimas eleições presidenciais, essa visão tornou-se, praticamente, unânime entre os opositores, na grande mídia e mesmo em

¹⁵ Consultar Vanessa Aguiar Borges (2021). A autora faz um extenso estudo sobre as comunas na Venezuela, demonstrando as transformações das relações ambíguas e tensas entre o chavismo e os *comuneros* ao longo do tempo. Conforme Borges, embora a criação das instâncias de poder popular, bem como o projeto do Estado comunal tenham sido estimulados por Chávez, nunca houve unanimidade no apoio à expansão das comunas no interior do governo. Entre os *comuneros*, por outro lado, vêm crescendo, nos últimos anos, as tensões contra o governo e as iniciativas autônomas. Se na época de Chávez predominava a crença de que o socialismo viria a partir de ações do governo, atualmente as lideranças *comuneras* mais mobilizadas afirmam que Maduro está, cada vez mais, comprometido com o capital privado e que somente as classes populares mobilizadas poderão, de forma autônoma, dar continuidade ao processo de construção do Estado comunal.

parcelas expressivas das esquerdas e da intelectualidade. Pensamos, entretanto, que analisar a questão democrática é complexa. Pois se há fortes indícios de que a última eleição presidencial foi fraudada, o governo chavista, por outro lado, continua estimulando e se apoiando nos CC e nas comunas. As instituições da democracia participativa constituem um dos principais legados da época de Chávez e, apesar dos limites apontados ao longo deste trabalho, estão promovendo importantes transformações na cultura política do país, em especial na promoção do protagonismo popular. Uma parte expressiva da população, mesmo que minoritária, continua mobilizada e engajada na construção dos CC e das comunas. Além disso, o governo Maduro vem tomando algumas medidas que apontam para avanços processo de construção da democracia participativa. A principal liderança do movimento *comunero*, Angel Prado, foi nomeada para o cargo de Ministro do Poder Popular no início de 2024. Nesse mesmo ano, o governo iniciou um processo de consultas populares nas comunas para que a população escolha, por voto popular projetos prioritários de obras públicas a serem financiadas pelo governo. Desde a campanha eleitoral de 2024, o governo vem anunciado um projeto de reforma constitucional, em que estarão incluídas alterações no processo das eleições. Essa reforma ainda não foi apresentada, mas está se cogitando instituir um sistema eleitoral a partir de “círculos comunais”. Tudo ainda é muito recente e é preciso aguardar o transcorrer dos futuros acontecimentos. Em todo o caso, existe a possibilidade de que a reforma eleitoral, se de fato ocorrer, proponha algum novo modelo de democracia, que mescle a eleição de cargos representativos com as instâncias de democracia participativa e protagonista.

Considerações finais

Conforme apontamos desde o início do artigo, tratar de democracia é complexo. A questão democrática ganhou corpo na América Latina, em especial durante o processo de redemocratização do final do século passado. Vários movimentos sociais, entretanto, questionavam os limites da democracia representativa, controlada por

elites econômicas e políticas e na qual a soberania popular se limita no exercício do voto. No dia a dia, o poder está nas mãos de governos e/ou parlamentos, quase sempre em sintonia com os interesses de elites vinculadas a grandes grupos econômicos. Esses movimentos mobilizaram-se em defesa de mecanismos de democracia participativa para dar mais protagonismo popular em exercícios mais diretos e cotidianos de participação de espaços de poder. Especialmente na Venezuela, após o *Caracazo*, esses movimentos ganharam força, sendo a questão da democracia participativa uma das demandas centrais da campanha de Hugo Chávez à presidência.

Mas foi com o início de seu governo e da Revolução Bolivariana, que o projeto avançou. A primeira grande inovação foi a Constituição de 1999, que instituiu mecanismos de democracia participativa. Os movimentos sociais e, principalmente o governo, promoveram a construção de diversas instâncias de participação popular, em crescente processo de promover mobilização e protagonismo popular, em especial das classes populares. Em meados do governo de Chávez, o projeto radicalizou-se com a adoção da proposta do Socialismo do Século XXI. Desde então, os CC e as comunas passaram a ser as instâncias privilegiadas de democracia participativa e protagonista. O projeto do Estado comunal previa a superação do capitalismo pelo socialismo e da democracia representativa pela democracia participativa e direta, mas em um longo processo de transição. Na prática, as instituições da democracia representativa continuaram funcionando paralelamente ao avanço das instâncias de democracia participativa.

O processo de construção da democracia participativa e protagonista, evidentemente, foi marcado por vários problemas e limites. A oposição de direita sempre rejeitou e agiu contra as instituições de democracia participativa. Como reação, o governo chavista buscava centralizar o processo e obter controle, principalmente por meio da concessão de orçamento às comunas, abrindo espaços para práticas clientelistas. Por outro lado, é inegável que houve notória politização de setores das camadas populares, que se engajaram no processo e passaram a ser protagonistas em espaços de poder nas comunas, discutindo e executando políticas públicas e, no caso

das comunas produtivas, participando de um processo produtivo com foco no coletivo. Nesse sentido, defendemos que se iniciou um processo de mudanças na cultura política das classes populares. Mas como todo o processo de mudanças culturais, as transformações são lentas, em ritmos desiguais e marcadas por limites e contradições, avanços e revezes.

Com a crise da Revolução Bolivariana e com o governo de Nicolás Maduro, houve um processo de escalada autoritária, afetando o funcionamento das instituições democráticas, principalmente no que se refere à democracia representativa. Trabalhamos já, há algum tempo, com a caracterização de crise da democracia venezuelana¹⁶. É preciso salientar, entretanto, que essa crise é em decorrência, também, de um cenário extremamente adverso, com a grave crise econômica, ações golpistas da maior parte da oposição, bem como ingerências, sanções e bloqueios por parte do imperialismo estadunidense. No momento de conclusão da redação deste artigo (dezembro de 2025), o governo de Donald Trump estava acentuando as pressões sobre a Venezuela com ameaças de intervenção militar e impondo bloqueios a navios petroleiros considerados sancionados. Mas por outro lado, conforme demonstramos no artigo, o processo de funcionamento, e mesmo de expansão, dos CC e das comunas teve continuidade, embora enfrentando diversos percalços. As transformações da cultura política de segmentos das classes populares, pois, constituem o principal legado da era de Chávez, a qual continua vigente na atualidade.

Notas sobre a autoria

Eduardo Scheidt é licenciado em História pela UFRGS (1996), Mestre em História pela UNISINOS (2000) e Doutor em História Social pela USP (2004). Atualmente é professor adjunto da graduação e do Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. Tem experiência na área de História, com ênfase em História latino-americana, atuando principalmente nos seguintes temas: história política, questão democrática na América Latina contemporânea, formação dos Estados nacionais na Região Platina, história das ideias e dos intelectuais.

¹⁶ Ver Scheidt (2019) e também Scheidt e Araujo (2024).

Referências

BAGGIA, Francesca. Discursos e disputas sobre o sentido de participação na Venezuela: uma análise da origem e do desenho dos conselhos comunais. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 3, n. 1, 2015, p. 169-188.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349-363.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília. DF: Editora UnB, 2010. 2 v.

BORGES, Vanessa Aguiar. *As comunas como a estratégia de transição ao socialismo na Venezuela*. Guararema, SP: UNESP, 2021. Dissertação de Mestrado.

BRUCE, Mariana. *A “Democracia Participativa y Protagónica”, o Povo e o Líder: as experiências dos Consejos Comunales na Parroquia 23 de Enero (Caracas/Venezuela)*. Niterói: UFF, 2011. Dissertação de mestrado.

COUTINHO, Carlos Nelson. Democracia: um conceito em disputa. *Portal MPPR*, 2008. Disponível em: https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/gestao_democratica/kit2/democracia_um_conceito_em_disputa.pdf Acesso em: 5 jan. 2025.

CURCIO, Pasqualina. La mano visible del mercado. La guerra económica contra Venezuela (2012-2016). Manipulación del tipo de cambio e inflación inducida. *El Sudamericano*, 2017. Disponível em: <https://elsudamericano.wordpress.com/wpcontent/uploads/2017/10/manovisiblemercado-pascualina-curcio.pdf> Acesso em: 5 jan. 2025.

DIETERICH, Heinz. *Hugo Chávez y el socialismo del siglo XXI*. Buenos Aires: Nuestra América, 2005.

GARCÍA-GUADILLA, María Pilar. La praxis de los Consejos Comunales ¿Poder popular o instancia clientelar? In: AYALA, Mario; QUINTERO, Pablo (org.). *Diez años de revolución en Venezuela: historia, balance y perspectivas (1999-2009)*. Ituzaingó: Maipue, 2009. p. 297-326.

GARCÍA-GUADILLA, María Pilar; ÁLVAREZ, Rosangel. ¿El futuro de las comunas, o comunas sin un futuro en la Venezuela del siglo veintiuno?: una mirada desde su praxis y bases conceptuales. *Espacio Abierto: Cuaderno Venezolano de Sociología*, Maracaibo, v. 31, n. 2, p. 52-74, 2022.

GUEVARA, Gustavo Carlos (org.). *Sobre las revoluciones latinoamericanas del siglo XX*. Buenos Aires: Newen Mapu, 2013.

JIMÉNEZ LEMON, Atenea. El proceso de construcción de comunas en Venezuela: tensiones y retos. In: *Espacio Abierto: Cuaderno Venezolano de Sociología*, Maracaibo, v. 31, n. 2, p. 39-51, 2022.

LANDER, Edgardo. Venezuela: ¿crisis terminal del modelo petrolero rentista? *Aporrea*, 2014. Disponível em: <http://www.aporrea.org/actualidad/a197498.html>
Acesso em: 5 jan. 2025.

LANDER, Edgardo. Venezuela: a experiência bolivariana na luta para transcender o capitalismo. *Movimento: crítica, teoria e ação*, Movimento Esquerda Socialista, ano 2, v. 1, n. 6, p. 101-156, 2017.

LÓPEZ MAYA, Margarita. Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Caracas: Universidad Central de Venezuela, v. 14, n. 3. p. 55-82, 2008.

LÓPEZ MAYA, Margarita. Hacia el socialismo del siglo XXI: los consejos comunales, sus cambios conceptuales y las percepciones de participantes en Caracas. In: CHERENSKY, Isidoro (org.). *Ciudadanía y legitimidad democrática en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011. p. 221-262.

MACHADO, Jesus M. *Estudio de los Consejos Comunales en Venezuela*. Caracas: Fundación Centro Gumilla, 2008.

MARINGONI, Gilberto. *A Revolução Venezuelana*. São Paulo: UNESP, 2009.

PETRAS, James; VELTMAYER, Henry. *Espejismos de la izquierda en América Latina*. México: Lumen México, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHEIDT, Eduardo. A democracia participativa na Venezuela da Era Chávez e a questão dos conselhos comunais e das comunas. *Tempos Históricos*, v. 21, n. 1, p. 261-291, 2017.

SCHEIDT, Eduardo. A Revolução Bolivariana e a questão democrática na Venezuela. *Cadernos do Tempo Presente*, v. 10, n. 2, p. 42-57, 2019.

SCHEIDT, Eduardo; ARAUJO, Rafael. *A Revolução Bolivariana em perspectiva histórica e conceitual* (1999-2023). Recife: Edupe, 2024.

SCHURSTER, Karl; ARAUJO, Rafael (org.). *A era Chávez e a Venezuela no tempo presente*. Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

TORREALBA MÉNDEZ, Carlos G. Entre tutelaje y emancipación: procesos de institucionalización y repertorios de resistencia comunal en Venezuela. *Espacio Abierto: Cuaderno Venezolano de Sociología*, Maracaibo, v. 31, n. 2, p. 22-38, 2022.

VENEZUELA. [Constituição da República Bolivariana da Venezuela (1999)]. *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*. Caracas, [1999]. Disponível em: <https://venezuela.justia.com/federales/constitucion-de-la-republica-bolivariana-de-venezuela/> Acesso em: 5 jan. 2025.

VENEZUELA. *Ley de los Consejos Comunales*. 2006. Disponível em <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/BDL/2008/6641.pdf> Acesso em: 5 jan. 2025.

VENEZUELA. *Ley Orgánica de las Comunas*. 2010. Disponível em: <https://www.comunas.gob.ve/wp-content/uploads/2022/05/Ley-Organica-de-las-Comunas.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2025.

VENEZUELA. *Ley Orgánica de los Consejos Comunales*. *Gaceta Oficial de La República Bolivariana de Venezuela*, n. 39,335, 28 dic. 2009. Disponível em: <https://www.asambleanacional.gob.ve/storage/documentos/leyes/ley-organi-20220125131044.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2025.

WINN, Peter. *A Revolução Chilena*. São Paulo: UNESP, 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.